SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO DE TRABALHO

I - Proposta de método

II - Aplicação em "Configuração de situações de pobreza"

RIO DE JANEIRO

BRASIL

Cr$ 20,00

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO DE TRABALHO

I - Proposta de método

II - Aplicação em "Configuração de situações de pobreza"

GRUPO DE TRABALHO DA PRESIDÊNCIA

FEVEREIRO DE 1980

NOTA

Este documento foi preparado para apresentação ao Sr. Presidente do IBGE, que o solicitou. Faz uma descrição geral do método de trabalho que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Assessoria da Presidência, responsável pelo estudo de "Configuração de situações de pobreza".

Trata-se aqui, conforme solicitado, de expor o método de trabalho. Entretanto o tema que tem permitido desenvolver o método é inseparável e indistinguível dele, na prática operacional, e desde as primeiras tentativas: o estudo de situações de pobreza. Este estudo continuará, no desenvolvimento do trabalho sobre "Configuração de situações de pobreza".

No memorando que encaminhou este documento ao Sr. Presidente (de 6 de fevereiro de 1980) está indicado que "aspectos técnicos mais detalhados constam de documento em preparo com a justificativa teórica do trabalho".

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1980

Luiz Parga Nina

"Não seja ninguém desencorajado pela crença de que não haja nada que um homem ou uma mulher possam fazer contra a massa enorme dos males do mundo - contra a miséria e a ignorância, a injustiça e a violência... Poucos serão tão grandes que possam fazer curvar a própria história; mas cada um de nós pode trabalhar para mudar em uma pequena porção os acontecimentos, e será na totalidade de todos esses atos que será escrita a história desta geração.

É dos inúmeros e diversos atos de coragem e de fé que se molda a história humana. Cada vez que um homem mantém-se de pé por um ideal, ou age para melhorar a sorte de outros, ou lança um ataque contra a injustiça, ele propaga uma pequena onda de esperança e, cruzando-se, vindas de milhões de diferentes centros de energia e audácia, estas pequenas ondas levantam uma corrente que pode varrer as muralhas mais poderosas da opressão e da resistência".

Robert Kennedy

PROPOSTA DE UM MÉTODO DE TRABALHO
PARA SUPLEMENTAR AS GRANDES PESQUISAS DE ÂMBITO NACIONAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA.
LÓGICA RECONSTRUÍDA, LÓGICA EM USO. 1

1a. PARTE:

DESCRIÇÃO DO MÉTODO EM DESENVOLVIMENTO 5

Objetivos 5
Forma atual do método em desenvolvimento 7
Formas do método de trabalho nas tentativas iniciais 11
Aspectos que exigem ainda algum estudo 20
Como pode ser executado no quadro de trabalho do IBGE 22
Dados operacionais e para avaliação de custo 24

2a. PARTE:

EXPERIÊNCIA ANTERIOR QUE LEVOU À ORIENTAÇÃO ATUAL

Antecedentes, até fins de 1975 27
Necessidades reconhecidas em fins de 1975 29
Trabalho feito pelo grupo no ano de 1976 e até setembro de 1977. 30
O tema de estudo que as próprias informações sugeriram 32
Criação formal de um Grupo de Trabalho na Assessoria da Presidência, em maio de 1977, desvinculando-o do ENDEF 34

ANEXOS 35

REFERÊNCIAS 40

INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA: LÓGICA RECONSTRUÍDA, LÓGICA EM USO.

Toda metodologia de pesquisa é resultado de experiência, tanto nas situações em que se pretende "construir teoria" como, em particular, quando se trabalha para fins práticos mais imediatos - finalidades que podem em parte sobrepor-se, como nos grandes levantamentos de âmbito nacional.

A metodologia deve definir um processo lógico de pesquisa: faz uso da lógica procurando formalizar "a posteriori" o melhor modo de aplicá-la para o conhecimento dos diferentes objetos de investigação; deve ser adequada a cada tema em estudo e às condições peculiares do quadro em que se processa o trabalho. Pressupõe-se assim um processo em renovação contínua. Tratando-se de "pesquisa", entendemos estar implícito que a investigação deve tratar com aspectos da realidade concreta, com a qual terá necessariamente contato. Praticamente todos os trabalhos feitos no IBGE atendem a essa exigência: o contato com a realidade concreta é o propósito da enorme atividade que realiza no trabalho de campo, o que dá medida da importância maior dessa atividade.

Há no Brasil uma experiência adquirida ao longo de muitas décadas no que diz respeito aos Censos. Foi utilizada para aperfeiçoá-los de modo progressivo. Tem sido possível assim "reconstruir" logicamente toda experiência anterior e propor-se, paulatinamente, uma metodologia bastante sólida (incluindo-se aqui os aspectos operacionais). A "lógica reconstruída", que justifica e explicita a metodologia usada pelo IBGE em seus Censos é, assim, resultado de uma experiência desenvolvida no nosso quadro de trabalho e de nossas condições peculiares.

À medida que se realizam os Censos, é necessário com freqüência tomar decisões de imediato, ou a prazo curto, sobre uma série de aspectos, seja no planejamento, seja durante a própria execução. O trato prático com a

condução de um Censo pede assim certas decisões lógicas, que seus dirigentes tomam baseados em sua experiência, em seus conhecimento; por vezes admite certa dose de intuição que tem raízes, nem sempre identificáveis de imediato, nessa experiência e conhecimentos. O processo inclui necessariamente a tomada de decisões lógicas não previstas em sua formulação inicial, que são sugeridas "pelo uso", pela prática.

Portanto está presente na orientação do processo o que tem sido chamado "lógica em uso", em grau maior ou menor. Esta lógica em uso deve ser necessariamente explicitada de modo formal "a posteriori" (por vezes trazida então a pleno nível de consciência). "Reconstrói-se" o processo, formalizando uma lógica reconstruída.

No caso dos Censos, porém, a solidez da experiência anterior permite melhor definição prévia do modo de conduzí-los, o que dá menor margem à presença da "lógica em uso" na sua execução prática. Além disso os temas abordados são bem definidos e os dados obtidos são em geral seqüenciais na série dos Censos, já tendo sido, na maioria, objeto de estudos minuciosos desde bastante tempo.

No entanto, quando se trabalha em uma pesquisa em que pela primeira vez se investiga determinada área, ou em que se fazem tentativas iniciais de se obterem dados que se interrelacionam para melhor conhecer certos aspectos da realidade nacional, quando não há estudos anteriores sobre os temas da pesquisa, o contexto de trabalho é sem dúvida diferente. Trabalha-se, usando a expressão consagrada, em um "contexto de descoberta". A pesquisa pode ter muito de "pesquisa exploratória". Nessa situação, o trabalho pode ser predominantemente orientado pela "lógica em uso". Não há possibilidade de prever todo o desenvolvimento do processo de pesquisa. Toda atenção deve ser dada, porém, ao longo do trabalho, à necessidade de reconstrução da lógica da condução do processo, "a posteriori"; o que exige um registro cuidadoso de todas as fases de sua condução, à medida que se desenvolvem.

Tanto na condução das PNADs como do ENDEF estão presentes orientações que se baseiam em parte em "lógica reconstruída", e em parte em "lógica em uso". Há temas repetidos nas PNADs para os quais desenvolveu-se até certo ponto uma "metodologia" que permite traçar orientação prévia. Isto ocorre para certos temas do ENDEF, onde houve porém muito mais presença da lógica em uso - tanto em seu planejamento, como em sua condução e no processamento e crítica dos dados. Muita coisa nova "surgiu" da experiência do ENDEF (que

ainda precisa ser "reconstruída" formalmente, a nosso ver). Novas áreas da "realidade brasileira" foram investigadas e novos processos de trabalho foram utilizados. A concepção da pesquisa, que coletou um grande número de variáveis, pretende que essas variáveis sejam utilizadas em conjunto, sua interrelação estudada; isso abre sem dúvida uma perspectiva de trabalho em "contexto de descoberta" para cuja realização não há "metodologia" pré-definida.

Ao se tentar, portanto, explicitar, ou expor o desenvolver de uma metodologia de pesquisa, é indispensável que nos refiramos à maneira real de trabalhar que levou, ou deve levar, à definição mais precisa da metodologia - às dificuldades encontradas, aos erros cometidos e corrigidos, aos chamados pontos de decisão, quando foi preciso escolher entre alternativas para o prosseguimento do trabalho, à influência de aspectos operacionais e de peculiaridades da região ou do país, etc. Só dessa maneira estaremos de fato "construindo" metodologia e dando elementos aos futuros pesquisadores para compreender, prosseguir e melhorar o processo. Como é sabido, seria fácil citar inúmeros autores, entre os melhores e mais atualizados, que dão ênfase especial à importância de estudar-se não apenas como o pesquisador, ou o cientista, "deve pensar, sentir, ou agir", mas sim como, de fato, na realidade e na prática operacional, "têm pensado, sentido e agido".

Se um processo de pesquisa está em andamento em um "contexto de descoberta", é fundamental reconhecer, citando Philip Hammond em seu "Sociologists at Work" (que se aplica aliás às ciências sociais em geral), que "há um componente de pesquisa que é admitidamente indefinido ('elusive') e difícil de transmitir". Por isso, esse autor comenta, há insistência por parte de alguns cientistas em que não é possível dar instrução formal sobre como fazer essas pesquisas e que, mesmo em áreas mais sólidas, muitos físicos ou matemáticos, na história da ciência, acharam difícil descrever trabalhos dessa natureza. Reconhece-se entretanto ser indispensável descrevê-los, afinal, em um nível de compreensão adequado. O modo de fazê-lo, inicialmente, é pelo registro cuidadoso da "lógica em uso", a que já nos referimos, até que o esforço de "reconstrução lógica" possa ter os resultados mais sólidos indispensáveis. É claro que sem uma definição de metodologia não é possível propor linhas regulares de trabalho.

Na condução de um Censo, referimo-nos menos a um contexto de descoberta, que está mais presente nas PNADs, e mais claramente no ENDEF. O trabalho que desenvolvemos agora, e que é objeto deste documento, situa-se em

boa parte nesse contexto. O registro da lógica em uso, em cada um desses casos, tem importância que vai crescendo, à medida que fica mais presente a percepção do contexto de descoberta. Torna-se assim mais importante, para a compreensão do trabalho que vamos expor, a descrição cuidadosa de como "de fato, na realidade e na prática operacional" tem-se desenvolvido o trabalho. Essa descrição mais minuciosa está feita em boa parte em uma série de documentos detalhados já preparados antes - que estão citados no final deste documento.

Fazemos adiante referências resumidas a antecedentes que levaram ao trabalho atual. Não se trata, portanto, de registrar uma informação "histórica" apenas, mas sim de informações indispensáveis à compreensão de uma metodologia que se procura desenvolver. De certa forma tem a ver com o registro de uma "lógica em uso".

1a. PARTE

DESCRIÇÃO DO MÉTODO EM DESENVOLVIMENTO

Objetivos.

1 - Propor um método de trabalho que permita:

a) desagregar os dados das grandes pesquisas de âmbito nacional, a fim de obter informações de interesse prioritário para o planejamento sobre áreas menos extensas que os amplos estratos de amostra daquelas pesquisas, inclusive a nível de conjuntos de municípios;

b) fazer acompanhamento de grandes pesquisas, como o ENDEF e, possivelmente, as PNADs, a fim de obter informações, a intervalos relativamente curtos, sobre áreas de interesse prioritário para o planejamento, que possam constituir séries cronológicas com os dados daquelas pesquisas;

c) aprofundar o conhecimento das áreas selecionadas para as tarefas a e b acima, ou de áreas menores, utilizando métodos adequados às necessidades de informações e às condições operacionais, fazendo uso conjunto, por exemplo, de pequenas amostras e das técnicas de entrevista e de estudo de caso, a fim de atender a necessidade de planejamento em setores de interesse não cobertos pelas grandes pesquisas.

2 - Fazer estudo de tema específico, sugerido pelo exame das próprias informações do ENDEF, de interesse prioritário para o planejamento: a "configuração de situações de pobreza". Tem sido tomado como tema básico para o desenvolvimento do método de trabalho citado acima. Pode ser, com outros possíveis temas, matéria para a consolidação do método.

Está claro que estamos propondo um método de trabalho, e não nos propondo a executar integralmente as tarefas indicadas em (a), (b) e (c), no primeiro item. Esta proposta é o resultado da experiência adquirida pelo trabalho do grupo, exposta na segunda parte deste documento. Entendemos que nosso trabalho está em fase de consolidação de uma proposta de método. Como indicamos em vários documentos anteriores, é necessário ainda algum tempo para que se possa apresentar uma proposta em termos finais.

Por outro lado, o trabalho deve ser entendido como um esforço para encontrar modos exequíveis e úteis de atender às necessidades de informações que temos indicado, e não como a proposta da solução definitiva ou completa.

A exposição a seguir tem a ver com o adequado do método, sua exequibilidade e sua aceitabilidade em termos de custo. Para isso: 1) fazemos uma descrição do método em desenvolvimento, distinguindo aspectos já consolidados, e aspectos que ainda pedem maior elaboração; e um exame de como atende às finalidades propostas nos "objetivos"; 2) indicamos como, a nosso ver, pode ser posto em execução, no quadro de trabalho do IBGE; 3) fazemos, finalmente, uma avaliação de custo, em termos de pessoal, equipamento e despesas operacionais. Tudo isso baseia-se, em boa parte, no trabalho de campo realizado pelo grupo.

Deve-se salientar que tomamos como diretiva, desde o início, que o método a propor deveria ser de execução relativamente rápida e de custo reduzido.

Forma Atual do Método em Desenvolvimento

A experiência obtida e as "reconstruções lógicas" das tentativas iniciais, descritas no item seguinte, podem ser integradas em uma proposta de método, com aspectos formais já de certo modo consolidados, e outros exigindo ainda algum estudo. Essa proposta é adequada às finalidades indicadas nos "objetivos" e atende às necessidades de desagregar dados das pesquisas e levantamentos de âmbito nacional, de fazer acompanhamento dessas pesquisas e de aprofundar o conhecimento de áreas geográficas e de temas que não podem ser por elas cobertos.

O método que estamos propondo pode ser assim descrito atualmente, sem entrar em detalhes técnicos:

a) definir como de significado prioritário um determinado aspecto, um índice, ou uma ou mais variáveis, já considerados em uma pesquisa ou levantamento amplo de âmbito nacional (p. ex., o índice de ingestão calórica do ENDEF). Definir como de interesse particular uma faixa de valores que pode assumir esse índice, ou variável (p. ex., a faixa de valores do índice de ingestão que indica "risco nutricional");

b) obter para cada município pesquisado a porcentagem de domicílios em que estão presentes valores da faixa selecionada, registrando este dado segundo classes de porcentagens (p. ex., municípios em que há mais de 30% de domicílios em risco nutricional, ou em que há 20 a 30% dos domicílios em risco). Fazer mapeamento indicando a distribuição dessas classes de porcentagem por todos os municípios (como no mapa que preparamos, usando cinco classes de porcentagem de famílias em risco nutricional);

c) selecionar para estudo, utilizando em uma primeira etapa esses elementos, áreas definidas por conjuntos de municípios. Os critérios de seleção dependem da finalidade do estudo, que poderia ser por exemplo, o acompanhamento e/ou um melhor exame de famílias com certas características (como as famílias em risco nutricional mais sério); ou o acompanhamento e/ou melhor exame de famílias situadas em áreas previamente indicadas por planejadores como de interesse particular (como foi sugerido pelo INAN);

d) explorar as informações da análise de conteúdo dos relatórios dos pesquisadores como possível meio de seleção de área; se adequado, utilizar o método de trabalho usado na 1a. tentativa para desagregar dados, descrito adiante;

e) utilizar, em outra etapa da seleção de áreas para estudo, informações de outras fontes: do próprio IBGE (como as PNADs e Censos), de órgãos oficiais (como estudos a nível estadual, ou de organismos regionais), de universidades e outras organizações competentes, bem como fontes locais e conhecimentos práticos das áreas;

f) definir então, em segunda etapa, quais os municípios a considerar;

g) fazer reconhecimento da área visitando os setores de pesquisa dos municípios selecionados, tendo estudado antes a distribuição por setor dos domicílios a visitar; avaliar então as condições gerais da área, em particular as que interessam ao trabalho, a perda em amostra por mudança das famílias e os aspectos operacionais;

h) fazer avaliação de como explorar estatisticamente o conjunto maior de domicílios selecionados, à vista dos resultados do esclarecimento, das características da área selecionada e dos dados da amostra da grande pesquisa, ou levantamento anterior, revendo se necessário a delimitação da área;

i) fazer avaliação, à vista das mesmas informações acima, de como explorar a área selecionada estudando os vários conjuntos de domicílios das áreas de listagem, admitida sua relativa homogeneidade interna, cada conjunto tratado como um "caso"; e de como explorar as diferenças entre esses conjuntos, com vistas a um estudo comparativo. Os domicílios a considerar em cada conjunto poderão ser todos aqueles antes pesquisados nas áreas de listagem, admitindo-se maior grau de homogeneidade nessas áreas; poderão ser considerados também outros domicílios dessas áreas;

j) preparar um plano de pesquisa, à vista dessas avaliações, dos aspectos operacionais e dos recursos disponíveis; é feita então a seleção final dos municípios e setores de pesquisa;

l) pesquisar cada conjunto selecionado com um grupo preparado e experiente, de melhor nível, utilizando o método de entrevista aberta e o roteiro de entrevista para isso longamente experimentado antes; a duração de cada entrevista e o modo de utilizar o roteiro devem ser adaptados à finalidade da pesquisa;

m) ordenar os dados e informações obtidos em termos de conjuntos de famílias e segundo temas sugeridos pela experiência anterior e por sugestões levantadas pelo próprio tipo de informação obtida; a ordenação deve

permitir, se for o caso, a comparação com os dados como coletados na grande pesquisa ou levantamento anterior;

n) analisar os dados e informações, em uma primeira etapa, fazendo uma "análise descritiva" em termos de comparação entre conjuntos de famílias. Para tal comparação podem ser utilizados também dados agregados obtidos em pesquisas anteriores, ou dados sobre conjuntos de famílias obtidos pelo método descrito na 2a. tentativa para desagregar dados das grandes pesquisas de âmbito nacional, descrito adiante;

o) conduzir a análise descritiva segundo esse método comparativo, tendo em vista a intenção de propor, em etapa posterior, a identificação de tipologias, o que enriqueceria em muito o estudo;

p) estudar os dados e informações obtidos a fim de propor, à vista da experiência na condução das entrevistas e da captação de aspectos dos "quadros de referência" dos entrevistados, a inclusão de novos temas, ou itens, nas grandes pesquisas de âmbito nacional, ou a revisão de itens e temas dos seus questionários (p. ex., a possibilidade de incluir nas PNADs perguntas sobre saúde, migração, ou talvez itens sobre cor e religião, ou de rever itens referentes a trabalho, ocupação e desemprego, etc.); avaliar com esse mesmo tipo de estudo, a qualidade dos dados referentes a diferentes temas (p. ex., a avaliação da qualidade dos dados sobre rendimento que fizemos com as informações colhidas em Ilhéus e Itajuípe; ou sobre as informações quanto à saúde, em diferentes aspectos);

q) avaliar a incidência sobre a qualidade dos dados das dificuldades resultantes de problemas operacionais, caracterizando diferentes tipos de áreas.

Sempre que as circunstâncias permitirem e for adequado à finalidade da pesquisa, será de todo interesse fazer simultaneamente com as entrevistas um estudo mais aprofundado das condições nutricionais das pessoas dos domicílios entrevistados, incluindo exame clínico, como feito na experiência em Ilhéus; e outros exames que a situação de pesquisa permitir. Isto atende, aliás, à solicitação feita há alguns meses pelo INAN, permite fazer um estudo das condições nutricionais em um quadro de referência amplo quanto à situação sócio-econômica das famílias. Este aspecto exige estudo complementar.

É indispensável para compreensão mais completa do trabalho que estamos desenvolvendo, e de como atende a necessidades nítidas do IBGE, a ex-

posição feita a seguir sobre as formas do método de trabalho em suas tentativas iniciais; e a descrição da experiência anterior, apresentada na 2a. parte.

Há em anexo três mapas que mostram áreas selecionadas para pesquisa, delimitadas por conjuntos de municípios, identificados em 1a. etapa como descrito em (c), acima.

Formas do Método de Trabalho nas Tentativas Iniciais

I - Com referência ao item 1-a, em "objetivos", i.e., à necessidade de desagregar dados das grandes pesquisas de âmbito nacional.

A primeira tentativa nessa linha foi feita em maio de 1975, explorando as informações do ENDEF disponíveis na ocasião; estudou uma área no noroeste do Paraná e pode ser assim descrita, em termos de forma do método:

a) identificação de área mais restrita onde está presente, de modo nítido, um determinado aspecto de interesse particular, presença essa reconhecida através da análise de conteúdo dos relatórios de campo preparados pelos pesquisadores;

b) identificação dos municípios e áreas de listagem pesquisadas pelo ENDEF na área em questão e separação dos questionários a ela referentes;

c) estudo dos questionários procurando, em uma primeira apreciação, avaliar se os dados confirmam de certo modo a identificação da análise de conteúdo;

d) registro, em modelo que foi melhorado seguidamente, de dados e informações dos questionários considerados básicos para a apreciação do "aspecto de interesse particular" em estudo;

e) levantamento de outros estudos feitos sobre a área identificada, inclusive sobre municípios e cidades específicas;

f) estudo dos dados e informações registrados nos modelos, procurando caracterizar e detalhar como o "aspecto de interesse particular" se apresenta nas situações concretas, e qual o melhor modo de explorar na análise todas as informações;

g) tentativa paralela de verificar até que ponto seria possível dar tratamento estatístico aos dados sobre a área estudada, considerando as características da amostra do ENDEF:

Quando à matéria dessa primeira tentativa, o "aspecto de interesse particular" foi, de modo amplo, a situação das famílias mais pobres (os motivos para essa escolha estão expostos adiante). A identificação de municípios a noroeste do Paraná foi feita através da análise de conteúdo dos relató-

rios dos pesquisadores de campo, que utilizou 609 relatórios, ordenados em 16.977 itens, até o momento. Para identificação daquela área, foram utilizados 22 relatórios individuais, abrangendo 26 municípios. Foram separados e parcialmente copiados cerca de 1.100 questionários do ENDEF, i.e., todos aqueles que cobrem os setores de pesquisa daqueles municípios. Referimo-nos adiante, com mais detalhe, a esse trabalho e seu resultado.

A segunda tentativa de desagregar dados do ENDEF foi feita em estágio mais adiantado da crítica de consistência desses dados, a partir de agosto de 1976, estudando famílias em más condições nutricionais, e avançou à medida em que se dispunha dos dados processados e criticados sobre consumo alimentar. O método usado, quanto à forma, pode ser assim descrito:

a) identificação de domicílios pesquisados em que uma determinada variável de significado particular assume valores definidos, dentro de certos limites;

b) seleção de um número determinado de questionários de pesquisa em que aqueles valores estão presentes, em cada Região e em número proporcional à sua amostra.

c, d, e, f, g) como na descrição da primeira tentativa.

Quanto à matéria dessa tentativa, a variável de significado particular foi a "porcentagem de ingestão calórica", entendida como um indicador a ser explorado para a identificação de famílias mais carentes. Foram preparadas listagens com indicação dessa porcentagem para todos os domicílios pesquisados pelo ENDEF, por Região. Foram então selecionados questionários com as menores porcentagens de ingestão, incluindo todas aquelas com porcentagens inferiores a 60%, muitos com porcentagens entre 60 e 70% e alguns entre 70 e 80%. Trabalhamos com cerca de 800 questionários, que foram parcialmente copiados em modelo próprio, distribuídos pelas Regiões. Há adiante referência mais detalhada a essa tentativa.

A terceira tentativa de desagregação dos dados fez-se utilizando já os dados processados sobre consumo alimentar de todas as Regiões do ENDEF, paralelamente com o trabalho feito na segunda tentativa descrita acima, procurando identificar conjuntos de municípios com porcentagem mais alta de famílias com baixo índice de ingestão calórica (mais tarde referimo-nos a "risco nutricional"). Para isso, em termos de forma do método, a orientação

foi:

a) obtenção, no tema "amostra" do banco de dados, do número de domicílios realmente pesquisados em cada município da amostra;

b) obtenção, para cada município da amostra, da porcentagem de questionários que apresentam valores extremos de uma variável de significado particular, selecionados dentro de limites determinados;

c) mapeamento de todos os municípios pesquisados, com indicação da porcentagem de questionários, em cada um deles, que registram valores extremos daquela variável significativa; esses valores são apresentados no mapeamento distinguindo-se classes;

d) estudo do mapa obtido, procurando identificar áreas onde estão presentes de modo mais nítido esses valores; as áreas são identificadas tanto quanto possível em termos de conjuntos de municípios próximos;

e) utilização dos dados dos questionários da grande pesquisa anterior que cobrem essas áreas, em abordagem estatística, tanto quanto possível, e pela utilização de outros métodos (como a consideração de conjuntos de famílias como "casos" a examinar); exploração das informações da análise de conteúdo dos relatórios dos pesquisadores;

f) utilização conjunta de dados e informações de outras fontes sobre as áreas selecionadas, em particular estudos de maior peso por órgãos competentes;

g) tentativa de verificar até que ponto é possível explorar estatisticamente os dados dos conjuntos de domicílios das áreas selecionadas, consideradas as características da amostra da grande pesquisa anterior;

h) estudo do melhor modo de explorar na análise todas as informações obtidas.

Quanto à matéria dessa tentativa, a variável de interesse particular foi a "porcentagem de ingestão calórica", considerados agora seus valores mais baixos, mais tarde definidos em termos de "risco nutricional" (porcentagens de 90% e menos). Fizemos mapeamento para todo o Brasil de todos os municípios ENDEF (exceto Regiões VI e VII), registrando para cada um as porcentagens de famílias pesquisadas consideradas em "risco nutricional", distinguido cinco classes com porcentagens até 90%. Foi possível identificar con-

juntos de municípios indicando áreas mais carentes. Utilizamos para isso também informações de outras fontes.

II - Com referência ao item 1-b, em "Objetivos", i.e., à necessidade de fazer acompanhamento das grandes pesquisas como o ENDEF e, possivelmente, das PNADs.

A necessidade de estudar um método de acompanhamento do ENDEF havia sido posta formalmente desde 1973 e tem sido preocupação constante. Em 25 e 26 de setembro de 1974 foi realizada uma reunião para discutir o assunto, no INAN, em Brasília, com representantes de três universidades, Ministério da Agricultura, Fundação Ford e Banco Mundial. Dois métodos foram discutidos, em suas linhas gerais: uma tentativa de reentrevistar uma sub-amostra do ENDEF cobrindo tanto quanto possível as Regiões antes pesquisadas; ou a identificação de certas áreas mais críticas, ou de interesse maior para o planejamento nutricional, que seriam novamente pesquisadas e estudadas mais a fundo. Como representante do IBGE, indiquei que a Direção de instituição, em princípio, e na dependência de outros estudos, inclinava-se para a segunda alternativa. Essa posição foi confirmada oficialmente por telex do IBGE ao INAN, em 17/2/75.

O tema voltou a debate quando o Banco Mundial incluiu no seu projeto com o INAN, proposto no "Appraisal Report of a Proposed Nutrition Research and Development Projet in Brazil", de junho de 1976, uma pesquisa de acompanhamento do ENDEF a ser realizada pelo IBGE, em "uma sub-amostra de 14.000 famílias". Esse documento foi estudado e longamente debatido; preparamos, por determinação da Direção, uma crítica a vários de seus aspectos, em documento apresentado em 9/3/77 e encaminhado ao INAN. Outras propostas foram feitas no decorrer desse ano; o assunto continuou em suspenso.

Em julho de 1977, tendo transmitido ao Superintendente da SUEGE a coordenação do ENDEF, foi iniciada imediatamente pelo grupo a la. e logo a seguir, a 2a. tentativas para definir um possível método de acompanhamento do ENDEF, tendo sido para isso adotada a orientação indicada na segunda alternativa que citamos acima: pesquisar e estudar mais a fundo certas áreas críticas. Isso foi feito com as pesquisas experimentais no Grande Rio, e depois no norte fluminense, quando se reentrevistaram famílias da amostra do ENDEF. Estas pesquisas tiveram finalidade dupla, pois procurava-se também atender à necessidade de desenvolver método para "aprofundar o conhecimento de áreas se

lecionadas", indicada nos "objetivos": No caso, pretendia-se estudar "configurações de situações de pobreza", tema explorado pelas razões que expomos adiante. Seguiram-se as 3a. e 4a. tentativas, com o reconhecimento feito em 5 municípios da Bahia, em outubro de 1978; e a pesquisa feita em Ilhéus e Itajuípe, em fevereiro de 1979. Toda a experiência adquirida na condução do ENDEF e nas várias tentativas expostas atrás, foram de enorme valia.

Podem-se resumir essas tentativas de propor um método de acompanhamento de uma grande pesquisa, em termos de sua forma, do seguinte modo:

a) identificação de áreas de interesse particular, críticas para o planejamento, através do exame de mapeamento com a distribuição espacial de domicílios em que se registram determinados valores de uma variável significativa, a nível de conjuntos de municípios, como indicado na tentativa descrita em 1.3, atrás;

b) identificação, no banco de dados, de todos os domicílios antes pesquisados nas áreas selecionadas e, para cada um deles, os valores da variável de significado particular usada para caracterização das áreas como críticas; seleção dos domicílios em que essa variável assume valores considerados críticos, ou de significação especial;

c) seleção, em uma primeira etapa, de municípios a serem revisitados, segundo critérios operacionais, meios disponíveis, número e concentração de domicílios selecionados como indicado em b, acima;

d) reconhecimento prévio no campo dos municípios e domicílios selecionados, localizando as áreas de listagem e os domicílios, verificando a presença de famílias antes entrevistadas, as condições operacionais (deslocamento, vias de acesso, hospedagem, etc.), fazendo teste do documento de coleta a ser usado e obtendo dados iniciais sobre as famílias;

e) identificação, ainda no reconhecimento, dos domicílios antes pesquisados, não incluídos na primeira seleção (b, acima) e que estejam nas mesmas áreas de listagem dos domicílios selecionados;

f) seleção final de municípios e domicílios a revisitar, à vista das informações obtidas no reconhecimento. Os domicílios a entrevistar incluem aqueles selecionados em (b) e (e), acima;

g) visita às famílias selecionadas, utilizando o método de entrevista aberta, segundo um roteiro de entrevista que foi refeito à medida que se

obteve experiência nas pesquisas repetidas. Esse roteiro deve assegurar que sejam obtidas os dados necessários à comparação com os dados da pesquisa cujo acompanhamento é feito, além de dados e informações que permitam aprofundar o estudo das condições sócio-econômicas das famílias, e de aspectos de saúde, de vida familiar e comunitária, etc.;

h) ordenação dos dados e informações coletadas, por tema, de modo a permitir comparação com os dados da pesquisa cujo acompanhamento é feito, distinguindo conjuntos de famílias relativamente homogêneas, cada conjunto correspondendo aproximadamente a um setor de pesquisa.

Quanto à matéria e aspectos operacionais destas tentativas, a variável significativa foi a porcentagem de ingestão calórica, e os valores determinados que assume foram as porcentagens indicando risco nutricional. Na 1a. e na 2a. tentativas, feitas no Estado do Rio de Janeiro, foram entrevistadas 110 famílias e reconhecidos (i.e., visitados individualmente) 251 domicílios; houve alta porcentagem de mudanças (40% das famílias). Nessas tentativas, verificamos haver grande homogeneidade entre as famílias de cada setor de pesquisa, em termos de condição e modo de vida; por outro lado, se bem que o processo de seleção tenha identificado apenas famílias pobres, havia diferenças nítidas entre cada conjunto homogêneo de famílias. Pareceu-nos assim interessante explorar esse aspecto, em termos de estudo comparativo de conjuntos de famílias. O reconhecimento e a pesquisa na Bahia (3a. e 4a. tentativas) confirmaram as observações feitas no Rio de Janeiro; entrevistamos então 75 famílias nos Municípios de Ilhéus e Itajuípe, tendo reconhecido nesses municípios e em Itarantim, Encruzilhada e Pau Brasil, 153 domicílios (cerca de 50% de mudanças). O número de entrevistas realizadas foi limitado porque fez-se, simultaneamente, a primeira experiência de examinar clinicamente as famílias entrevistadas. No Rio de Janeiro, identificamos 7 conjuntos distintos de famílias; na Bahia, 7 conjuntos distintos. As entrevistas no Estado do Rio tiveram a duração de meio dia; na Bahia, um dia. Em ambos os Estados fizemos a experiência de "entrevista rápida" de cerca de 45 minutos para coletar dados básicos. Todo esse trabalho está descrito detalhadamente em seis documentos, indicados adiante nas "referências". Um dos mapas incluídos em anexo mostra a área selecionada em primeira etapa no Sul da Bahia.

III - Com referência ao item 1-C, em "Objetivos", i.e., à necessidade de aprofundar o conhecimento das áreas selecionadas .

Nas quatro tentativas iniciais, indicadas no item anterior, o trabalho feito quanto a esse aspecto pode ser assim descrito, em termos de forma do método:

a) preparação, em 1a. experiência, de um roteiro para a realização de entrevistas abertas, que cubra vários aspectos das condições e do modo de vida das famílias; esse roteiro foi empregado nas 1a. e 2a. tentativas descritas no item anterior;

b) estudo e ordenação dos dados e informações coletadas com utilização desse roteiro, procurando identificar os assuntos levantados pela experiência das entrevistas, de modo a ter elementos para o preparo de um novo roteiro mais bem estruturado, que levasse em conta as situações reais encontradas e os "quadros de referência" dos entrevistados;

c) experiência quanto ao modo de ordenar os dados e informações coletadas, atendendo à sua natureza e a uma possível orientação para a análise por ela sugerida: o estudo comparativo de conjuntos homogêneos de famílias.

d) preparo cuidadoso de um segundo roteiro de entrevista para o trabalho de campo seguinte, nas tentativas 3a. e 4a., descritas no item anterior;

e) realização das entrevistas, nas 3a. e 4a. tentativas;

f) inclusão no trabalho feito nessas tentativas de uma experiência para aprofundar o estudo das condições nutricionais das famílias, realizando exame clínico de seus membros e, quando necessário, exames mais completos (as famílias receberam medicamentos e, quando necessário, os examinados eram enviados a hospitais e órgãos de assistência);

g) exame e ordenação dos dados e informações coletados, como em (c) acima;

h) preparo de um terceiro roteiro de entrevista, cuja forma estaria muito próximo de uma proposta final de roteiro;

i) início do estudo comparativo entre os conjuntos homogêneos de famílias, identificados em todos os trabalhos de campo, em termos de uma "análise descritiva" que seria uma primeira etapa de análise.

Quanto ao conteúdo e aspectos operacionais das tentativas, o roteiro de entrevista inclui os seguintes temas: constituição da família; história migratória; saúde; gestação e nascimento; mortes; higiene; alimentação; alimentação infaltil; educação; trabalho e ocupação; rendimentos; habitação; transporte; vestuário; vida familiar e comunitária.

O caráter de entrevista aberta foi mantido; para cada tema há indicação detalhada de assuntos a levantar na entrevista, o que não deve, de modo algum, prejudicar seu caráter de entrevista basicamente aberta. A estruturação da entrevista é em boa parte resultado de experiência de campo, o que permite dar tal orientação. É indispensável que o entrevistador conheça bem o seu trabalho, tenha experiência de campo, bom nível de formação e tendência para esse tipo de trabalho.

O roteiro está organizado de modo a que seja possível entrevistar uma família mais pobre em um dia de trabalho, quando se desejar informações mais completas, pressupondo-se entrevistadores treinados e experientes. A possibilidade foi comprovada no último trabalho de campo

IV - Com referência ao item 2, em "Objetivos", i.e., ao estudo sobre "Configuração de situações de pobreza".

Este tema foi levantado, no ENDEF, desde as primeiras semanas da pesquisa no campo e sua necessidade ficou desde logo evidente, considerados os objetivos daquela pesquisa. A decisão de estudá-lo foi tomada como conseqüência necessária do próprio método utilizado, quando se trabalhou na análise de conteúdo dos relatórios dos pesquisadores. Isto está exposto em detalhe nos quatro volumes publicados do "Estudo das informações não estruturadas do ENDEF". Incluímos na 2a. parte do presente trabalho o item "O tema que as próprias informações sugeriram", que resume o porque da seleção do tema.

Este tema foi abordado também no estudo dos domicílios de municípios do noroeste do Paraná, descrito atrás como 1a. tentativa de desagregar dados do ENDEF, quanto foi esboçada uma primeira experiência de identificarem-se "tipos" de famílias pobres.

Continuou, ainda, no estudo dos questionários das famílias com baixa porcentagem de ingestão calórica, descrito atrás na 2a. tentativa para desagregar dados.

Finalmente, tomou forma mais definida, e tem avançado substancialmente, nas pesquisas feitas nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, quando pesquisamos famílias mais pobres, identificadas tentativamente ainda pela baixa porcentagem de ingestão calórica (risco nutricional calórico). Nessas quatro tentativas, citadas atrás sob o aspecto de tentativas para fazer acompanhamento do ENDEF, tomou forma nítida o método de tratar o material coletado em termos conjuntos de famílias pobres relativamente homogêneas, e de distinguir as claras diferenças entre esses vários conjuntos, "configurando-se" situações distintas de pobreza. O material coletado nessas tentativas presta-se bem a uma "análise descritiva", usando método comparativo e traz boa perspectiva de que se venham a distinguir "tipos" de famílias. O significado da identificação de uma tipologia não pode ser minimizado, como instrumento muito útil para o estudo de situações de pobreza.

Aspectos que Exigem Ainda Algum Estudo

Entre as várias tarefas indicadas nas etapas do método em desenvolvimento, algumas exigem ainda estudo e experimentação:

- é necessário estudar e propor com maior detalhe quais os critérios a adotar na seleção das áreas a pesquisar. Indicamos acima etapas nessa seleção, que é preciso definir com maior cuidado; a orientação variará com a finalidade da pesquisa;

- não há qualquer dúvida quanto à validade do método que temos usado, de comparar conjuntos de famílias relativamente homogêneas, considerado cada conjunto como um "caso" (a justificativa teórica consta de documento à parte, que não cabe incluir aqui); é necessário porém dar forma final a esse aspecto;

- é da maior importância o estudo do processo de seleção de áreas sob o ponto de vista estatístico. Acreditamos firmemente que há algo a fazer para assegurar um grau de precisão aceitável, trabalhando com conjuntos de municípios, se considerarmos a finalidade precípua do trabalho: dar informações úteis ao planejador, no mínimo indicando a provável existência de problemas críticos em certas áreas. O grau de precisão a aspirar em um "contexto de planejamento", em particular quando trabalhamos em "pesquisa exploratória", pode ser muito diferente do pretendido em outras situações, como é bem sabido. Não tem sido possível até o momento obter assistência especializada para estudar os aspectos estatísticos que levantamos. Acreditamos firmemente porém que o estudo da possibilidade de desagregar os estratos de amostra das grandes pesquisas é promissor e da maior importância que o IBGE. Acreditamos ainda que será muito frutífero a utilização conjunta da abordagem estatística e do estudo comparativo de conjuntos de famílias consideradas como "casos". Seria especialmente interessante se identificarmos, como pretendemos, "tipos" de famílias;

- é necessário prosseguir a análise de conteúdo dos relatórios dos pesquisadores, trabalhando ainda, no mínimo, nos tópicos "condições da pesquisa", que mostra aspectos operacionais e de uso do método muito interessante; e "vida familiar e comunitária", que tem informações muito úteis, não obtidas antes, sobre o modo de vida das famílias. O trabalho de classificação do conteúdo de cada tópico já extraído deve ser levado a termo. É ainda

indispensável, como continuação natural desse trabalho, prosseguir nas tentativas de encontrar modos de utilizar conjuntamente as informações da análise de conteúdo e os dados dos questionários do ENDEF;

- é necessário fazer estudos de caráter mais técnico, indicados no "Programa de trabalho" apresentado em 1979, a fim de terminar um documento com as "justificativas teóricas" do trabalho desenvolvido; preparar documento sobre o significado e utilidade da abordagem em termos de análise comparativa e de tipologia; e um documento sobre "construção de escalas" para a análise de conteúdo, previsto para esse estudo e já abordado em 1975;

- finalmente, e de modo algum o último em importância, é necessário prosseguir o estudo da "Configurações de situação de pobreza", iniciando a etapa de análise descritiva por método comparativo, comentado antes, visando o levantamento de tipologia. As possibilidades de desenvolvimento desse estudo são muito grandes. É possível, por exemplo, propor "limites" para indicar "níveis e tipos de pobreza". É necessário ainda explorar uma ampla bibliografia que trata diretamente desse tema, coletada nos últimos anos. O estudo tem despertado o interesse de técnicos de vários órgãos externos que tem procurado contato com freqüência. Esse contato pode ser útil para a própria orientação do estudo.

O trabalho acima pode ser feito pelo grupo que atualmente o realiza, com algum apoio de técnicos de outros órgãos e, em particular, orientação sobre seus aspectos estatísticos.

Como Pode Ser Executado o Projeto no Quadro de Trabalho do IBGE

1 - Julgamos indispensável um período de trabalho de consolidação desta proposta antes que pudesse ser considerada como um projeto a ser implementado pelos órgãos executivos. É imprescindível que esta consolidação seja conduzida junto a um órgão da Direção do IBGE. A experiência anterior mostrou toda a inconveniência da transferência prematura de projetos em desenvolvimento para a área executiva da Diretoria Técnica; como foi reconhecido formalmente no caso do projeto de Indicadores Sociais, que chefiei, e no próprio ENDEF, de que fui Coordenador durante quatro anos. Neste último caso, foi necessário fazer retornar a própria condução da pesquisa à responsabilidade da Assessoria da Presidência em duas ocasiões (maio de 1974 e, ao iniciar-se a crítica dos dados não ainda suficientemente definida, em janeiro de 1976). A alternativa mais adequada, a nosso ver e como recomenda a experiência, seria subordinar temporariamente o grupo à Assessoria da Presidência, o que daria o grau de apoio necessário ao trabalho e contato direto com a Direção. Note-se que a consolidação do trabalho exige consultas e contatos com órgãos de várias Diretorias e Superintendências. Lembre-se também que o projeto tem sido considerado especial, entre outras razões, por estudar aspectos que tem sido entendidos como de tratamento sigiloso.

Avaliamos ser necessário alguns meses de trabalho (talvez seis a oito meses) para consolidar o projeto; isto inclui parte dos "aspectos que exigem ainda algum estudo" citados atrás e seria conveniente ainda uma experiência de campo. Essa experiência, caso não seja possível fazê-la no momento na área antes selecionada no nordeste do Ceará, poderia ser feita com relativa facilidade na área do Grande Rio.

2 - Consolidada a proposta de trabalho, seria posto em execução um projeto a ser implementado paulatinamente, por órgãos da Diretoria Técnica, sob a orientação centralizada desta e com a participação indispensável do grupo que tem desenvolvido o trabalho. Este grupo seria um núcleo em torno do qual se poderiam organizar inicialmente dois grupos de entrevistadores de campo, de cerca de oito elementos, incluindo, além de pessoal da Diretoria Técnica, elementos selecionados das Delegacias Estaduais que participaram do ENDEF como pesquisadores ou supervisores (como feito na pesquisa de Ilhéus). Estes grupos seriam submetidos a preparo e treinamento intensos, e constituídos na grande maioria por analistas especializados. Seriam necessariamente

multidisciplinares.

Dependendo dos resultados obtidos, o projeto poderia vir a incluir três ou quatro grupos de entrevistadores, em etapa seguinte.

A organização dos grupos seria em termos de "administração por projeto", isto é, os grupos teriam um núcleo permanente, relativamente pequeno, e seriam completados, em cada pesquisa, por pessoal de outros órgãos, temporariamente destacados para as pesquisas.

Quanto ao estudo de "Configuração de situações de pobreza", julgamos que este grupo, que o tem desenvolvido, pode ser responsável pelo seu prosseguimento, com os elementos de que dispõe.

Dados Operacionais e Para a Avaliação de Custo

Tomamos como orientação, desde o início do trabalho, que o método a propor deveria ser de rápida execução e de custo reduzido.

O núcleo de pessoal para o prosseguimento do trabalho, i.e., o grupo que o tem desenvolvido, é constituído no momento por oito analistas especializados, um assistente administrativo e uma secretária, além do chefe do grupo. Este grupo é suficiente para a fase de consolidação do trabalho. Seria indispensável porém a participação, nesta fase, de um estatístico com bom conhecimento do problema de amostragem, ainda que a tempo parcial, e, ocasionalmente, a consulta a especialistas de outros órgãos.

Para a implementação do trabalho como projeto já em execução, propuzemos atrás a formação, inicialmente, de dois grupos para trabalho de campo e ordenação do material coletado. Cada grupo seria constituído por cerca de oito entrevistadores, dos quais cerca de metade seria do grupo-núcleo acima; os demais membros seriam analistas especializados de outros órgãos do IBGE e pessoal das Delegacias Estaduais que trabalhou como supervisor ou pesquisador do ENDEF. Estes elementos seriam "destacados" temporariamente de seus órgãos de origem.

A duração do trabalho de campo dependeria, como indicamos antes, da finalidade do trabalho. Caso se pretenda, por exemplo, um acompanhamento mais completo das famílias, ou se trate de continuar o estudo de configuração de situações de pobreza, seria necessário um dia para a entrevista; pretendendo-se, por exemplo, limitar o trabalho apenas ao acompanhamento de uma pesquisa, poderiam ser feitos duas entrevistas por dia; uma outra alternativa seria a cobertura rápida de uma área mais extensa fazendo "entrevistas rápidas", para obter alguns dados básicos, como já experimentado antes, cada entrevista podendo ser feita em cerca de uma hora, talvez menos.

O roteiro de entrevista está preparado para adaptar-se a cada situação, podendo ser usado in totum, ou parcialmente.

Avaliamos em cerca de um mês o limite adequado para a permanência de uma equipe no campo.

Podemos indicar assim os seguintes dados para uma avaliação de custo:

1 - Fase de consolidação do trabalho:

Pode ser realizada, basicamente, com o pessoal do grupo atual. Caso seja incluida a pesquisa de campo proposta para essa fase, se no Grande Rio, haveria mais a despesa com dois veículos durante um mês; se no Estado do Ceará, despesas de ajuda de custo para oito entrevistadores e despesas com dois veículos, durante um mês, incluindo os motoristas; e ajudas de custo a guias locais da Agência do IBGE.

2 - Projeto já em execução:

A unidade de trabalho seria a equipe de cerca de oito entrevistadores. O número de equipes seria determinado pelo número de domicílios a pesquisar e pela duração da entrevista. Com um mês de trabalho de campo, são os seguintes os dados básicos para avaliação de custo:

1 equipe em 1 mês pesquisa entre 120 a 160 domicílios, com entrevistas de 1 dia de duração e dispondo de 2 veículos, dependendo das características da área; com entrevistas de meio dia, o número de domicílios seria um pouco menor que o dobro dos valores acima (considerando o deslocamento diário entre domicílios).

Devem computar-se na avaliação do custo (1 equipe/mês):

- despesas com viagens redondas para a área;
- cerca de 240 diárias de analistas especializados;
- despesas com dois motoristas, combustível e despesas de pequenos reparos para dois veículos;
- cerca de 30 diárias para guia local das Agências de coleta.

Desenvolvendo-se o projeto, acreditamos ser possível sem maior dificuldade compor 3 equipes, possivelmente 4 equipes, que poderiam fazer duas pesquisas anuais cada uma. Teríamos, com quatro equipes, um máximo anual de cerca de 1.300 domicílios pesquisados, com entrevistas de um dia, e um mínimo de cerca de 950 domicílios. Os números estimados, com entrevistas de meio dia, estariam entre 2 400 e 1 600. Caso se dispuzesse de mais de dois veículos o rendimento aumentaria muito.

Em situações particulares em que fossem aconselháveis "entrevistas rápidas", o número de domicílios cresceria muito. Seria mais difícil

estimar esse número, entretanto, porque a rapidez possível do deslocamento dos pesquisadores pesaria muito; estaria, de modo muito estimado, entre 1.600 e 1.200 por mês, e por equipe, dependendo muito, ainda, do número de veículos disponíveis.

Cada pesquisa seria precedida de um reconhecimento da área selecionada, feita por um ou dois analistas especializados da sede, auxiliados por um guia local das Agências. A duração média do reconhecimento é de cerca de 2 semanas e exige um veículo e um motorista, com as despesas correspondentes.

Na publicação "Configuração de situações de pobreza", 1a. Parte, há dados detalhados para a avaliação de custo das pesquisas realizadas nos Estados do Rio de Janeiro e Bahia.

Para avaliar as possibilidades do trabalho de quatro equipes, podemos lembrar, por exemplo, que a amostra das áreas metropolitanas do ENDEF incluiu em média cerca de 2.260 domicílios; não considerando o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília a média é de 1.960 domicílios. Há um máximo de 3.475 no Grande Rio e um mínimo de 1.778 em Curitiba. Assim, um acompanhamento simples (duas entrevistas por dia) de famílias do ENDEF presentes (a porcentagem de mudança é provavelmente superior a 50%) poderia cobrir duas a três áreas metropolitanas em duas pesquisas. Para esse acompanhamento seria possível rendimento maior aumentando o tamanho da equipe com pessoal local.

As possibilidades em pesquisas com outras finalidades, em termos da amplitude do trabalho, são muito boas, em especial se explorarmos com cuidado as possibilidades do uso conjunto de abordagens estatísticas e estudos de conjuntos de famílias entendidos como "casos".

Quanto ao prosseguimento do estudo de "Configuração de situações de pobreza", utilizando as informações já disponíveis, pode ser conduzido pelo grupo que o vem desenvolvendo, sem qualquer outro acréscimo.

2a. PARTE

EXPERIÊNCIA ANTERIOR QUE LEVOU À ORIENTAÇÃO ATUAL

Antecedentes, até Fins de 1975

A realização das pesquisas domiciliares, a partir de 1968, abriu novas perspectivas para melhorar "o conhecimento da realidade econômica e social" visando especialmente ao planejamento governamental, "objetivo básico" do IBGE.

Foi necessário entretanto um esforço continuado para revê-las e aperfeiçoá-las, adaptando à situação brasileira o projeto inicial da Aliança para o Progresso (Projeto Atlântida) em que se baseavam. Tem sido também indispensável, nessa revisão, atender às necessidades contínuas e mutáveis de informação dos órgãos governamentais e, principalmente, incorporar às novas pesquisas a experiência que vai sendo adquirida pela sua própria realização, e as sugestões que vêm necessariamente da exploração de seus resultados; em outras palavras, a incorporação da "lógica em uso", que se vai "reconstruindo" à medida que se desenvolve o trabalho.

Os estudos iniciais sobre Indicadores Sociais feitos em 1972 recomendaram que o trabalho nessa área fosse entendido como parte desse esforço contínuo de aperfeiçoamento das grandes pesquisas. Foi entendido que as PNADs seriam o elemento mais importante para esse trabalho. A orientação adotada então recomendava formalmente que se verificasse quais os "claros" existentes no sistema de informações estatísticas, que exigiam novas estatísticas em áreas de interesse para o planejamento, até então não cobertas. O instrumento básico de coleta, as PNADs, deveriam ser entendidas como uma atividade em evolução contínua. Além disso seria explorado o acervo de dados já colhidos pelos Censos, levantamentos estatísticos e pesquisas domiciliares.

Definiu-se ainda que os Indicadores Sociais seriam entendidos como vários conjuntos de estatísticas primárias ou derivadas, tanto quanto possível interdependentes em cada conjunto, que cobrissem áreas de significado reconhecido para o planejamento. Em etapa posterior, à medida que fossem cobertos os "claros" do sistema de informações, procurar-se-ia trabalhar com índices mais elaborados.

No decorrer do estudo feito a partir de 1972, reconheceu-se explicitamente ser indispensável um esforço para tentar obter maior desagregação dos dados das grandes pesquisas, em termos de áreas geográficas, uma vez que seus estratos de amostra cobriam áreas muito amplas. Aliás, a solicitação pelos usuários de dados mais desagregados tem sido constante desde muitos anos. Foi ainda entendido como ponto pacífico - em concordância com a evolução do movimento de Indicadores Sociais nos grandes centros de estatística de outros países - que seria indispensável iniciar um esforço segundo linhas de trabalho que permitissem suplementar as informações das grandes pesquisas e levantamentos, em temas de interesse que não são por elas atingidos, por impossibilidade técnica ou de custo. Esses dados seriam obtidos por métodos que utilizam pequenas amostras e outras técnicas de coleta (como a entrevista aberta, ou semi-aberta) e que, integrados aos dados do sistema de coleta a nível nacional, permitissem aprofundar o conhecimento de áreas prioritárias para o planejamento.

Segundo a orientação geral, esquematizada acima, foi concebido o ENDEF, em estudo feito a partir de julho de 1973. Evoluiu a partir de uma proposta para uma PNAD sobre orçamentos familiares em moldes clássicos. Deu-se prioridade a áreas onde havia "claros" no sistema de informação: não apenas no que toca à despesa familiar (obtida através de quadros semi-abertos), mas também, em particular, ao consumo alimentar. Os dados foram coletados de modo a permitir a avaliação do estado nutricional da população. Além disso, atendendo à necessidade de maior desagregação, foram incluídos na amostra pela primeira vez os estratos das regiões metropolitanas. No planejamento e na condução do ENDEF foram introduzidas outras modificações importantes que não cabe comentar aqui (há registro completo e detalhado de toda a condução do ENDEF, sob o ponto de vista da Coordenação da pesquisa, desde julho de 1973 até, pelo menos, julho de 1977).

Já durante a fase de campo do ENDEF, foi decidido explorar uma "situação de pesquisa" muito favorável, utilizando "outros métodos de coleta", e fez-se com êxito uma tentativa de explorar relatórios dos pesquisadores de campo, entendidos como "documentos pessoais", através de uma análise de conteúdo. Essa informação deve ser utilizada, está posto claramente no estudo feito, de modo integrado com os dados coletados no questionário do ENDEF. Nessa ocasião foi organizado o grupo que tem desenvolvido o trabalho que é objeto deste documento.

Paralelamente à análise de conteúdo, o grupo iniciou em junho de 1975, uma outra tentativa, procurando explorar, em uma linha diferente, os dados já criticados. Identificou-se pelos relatórios dos pesquisadores um conjunto de 26 municípios no noroeste do Paraná como provavelmente muito carente, em termos de condições de vida. Separamos os questionários (cerca de.... 1.100) desses municípios e deles extraímos certos dados básicos. O estudo feito então mostrou ser bastante útil a exploração dos questionários, em termos de conjuntos de famílias de diferentes setores de pesquisa. Pela primeira vez tivemos confirmação da possibilidade, já antevista, de explorar os dados tentando identificar "tipos" de famílias. Isto atenderia à proposta feita inicialmente por nós, ainda na fase de preparo do ENDEF, de trabalhar em termos de tipologia de famílias. Esta idéia foi aliás explorada pelos especialistas da FAO e do grupo chileno do SID (responsável pela orientação dada à estruturação inicial do banco de dados), utilizando os dados processados. A enorme carga de trabalho na época não permitiu que se avançasse mais no estudo dos municípios do noroeste do Paraná. Fez-se um estudo, entretanto, bastante completo, do município do ICARAÍMA, em termos de experiência, que mostrou ser muito positiva, tanto como possibilidade de desagregar dados como de aprofundar o estudo dos questionários.

Necessidades Reconhecidas em Fins de 1975, Após a Realização de Várias PNADs e do ENDEF

Em síntese, reconhecia-se em fins de 1975 que a experiência da condução e exploração inicial do ENDEF e a utilização dos dados das PNADs davam ênfase aos seguintes pontos:

- à necessidade de adaptar paulatinamente a realização das PNADs às exigências do planejamento, cobrindo áreas do econômico e do social ainda pouco conhecidas;
- à necessidade de um esforço contínuo de revisão das PNADs para atender a necessidades emergentes de informações para o planejamento e, em particular, à experiência de sua continuada realização;
- à importância básica de uma linha de trabalho que estudasse as possibilidades de desagregação dos dados, uma vez que os es-

tratos de amostra das PNADs e do ENDEF cobrem áreas geográficas muito amplas. Esta é uma solicitação insistente feita desde muito pelos usuários;

- à necessidade de procurar aprofundar as informações colhidas nas pesquisas a nível nacional, ou em pesquisas de menor amplitude que desagreguem seus dados, utilizando métodos adequados a cada caso, que possam complementar e enriquecer as informações obtidas naquelas pesquisas, em aspectos de interesse prioritário para o planejamento;
- no caso particular do ENDEF, à necessidade de procurar métodos de "acompanhamento" que permitam, a custo mais reduzido e intervalos menores, a obtenção de séries temporais. Esses métodos devem ser também adequados ao acompanhamento de outras pesquisas amplas que venham a ser realizadas, e podem significar muito para o possível acompanhamento das próprias PNADs, se puderem ser conduzidos com custo reduzido.

Trabalho Feito Pelo Grupo no Ano de 1976 e Até Setembro de 1977

Em agosto de 1975 terminou a fase de coleta do ENDEF. Logo a seguir terminou a codificação (que pela primeira vez no IBGE foi feita depois de coletados os dados) e o registro em fita magnética, com o qual se fez simultaneamente a primeira crítica dos dados. Iniciou-se, então, em 5 de janeiro de 1976, a crítica de consistência mais rigorosa e a organização do banco de dados. Foi criado formalmente nessa data um grupo de trabalho (chamado Grupo ENDEF), subordinado diretamente ao Coordenador da pesquisa, na Assessoria da Presidência. Esse grupo cresceu, à medida que avançava o trabalho, incluindo também técnicos de diferentes órgãos do IBGE. Trabalhou-se em termos de "administração por projeto", uma experiência que teve pleno êxito.

Parte deste grupo foi selecionada - a maioria por sua experiência de campo - para trabalhar na análise de conteúdo dos relatórios dos pesquisadores de campo. Formou-se um pequeno grupo multi-disciplinar que pelo tipo de trabalho e pela localização foi chamado Grupo ENDEF da Presidência. Este documento refere-se ao trabalho feito desde então por este grupo. Esse tra

balho, que a princípio se concentrou na análise de conteúdo dos relatórios, evoluiu até tomar a (presente) forma que é o objeto principal deste documento.

Durante todo o ano de 1976 e até setembro de 1977, o grupo realizou o seguinte trabalho:

1 - Fez-se a identificação e o pesado registro dos "tópicos" selecionados na análise de conteúdo para a primeira fase de classificação das informações (parte do registro havia sido feito em 1975). Foram registrados 16.977 "itens de relatórios," classificados em sete grandes tópicos. O método utilizado está descrito em detalhe no Capítulo II, "Tratamento da informação", da Parte I do "Estudo dos dados não estruturados do ENDEF", e no item "Classificação da informação. Categorias de análise", do Capítulo III.

2 - Ainda no trabalho de análise de conteúdo, identificaram-se algumas "categorias concretas", em cada um dos tópicos selecionados, iniciando-se a ordenação da informação em uma classificação mais rigorosa. O registro detalhado da experiência adquirida e da orientação adotada está feito nos capítulos citados acima, itens indicados, e nos Capítulos IV, "Programa de trabalho. Definição da finalidade do estudo", e Capítulo V, "Condução da fase de classificação das informações. Aspectos metodológicos gerais. Linhas de trabalho". Note-se que estes últimos capítulos foram acrescentados, à medida que avançava o trabalho, já em fins de 1977.

3 - Paralelamente ao trabalho de classificação, na análise de conteúdo, fez-se uma outra tentativa, como prosseguimento da experiência feita com os questionários dos municípios do noroeste do Paraná. Selecionamos os questionários do ENDEF dos domicílios onde havia as mais baixas "porcentagens de ingestão calórica" e deles extraímos dados básicos, utilizando um modelo que foi melhorado depois de algumas tentativas iniciais. Selecionamos cerca de 800 questionários de todas as Regiões, em número proporcional à amostra de cada Região, de famílias com porcentagens de ingestão inferiores a 80%, distribuídas em quatro classes. Esses dados estão sendo agora utilizados no trabalho do grupo em sua linha atual. Já em 1976

confirmavam a possibilidade e o interesse em explorar conjuntos de domicílios de características homogêneas para a identificação de "tipos".

4 - Fez-se uma primeira experiência, ainda em termos iniciais, de explorar a utilização conjunta das informações dos relatórios dos pesquisadores, ordenadas pela análise de conteúdo, dos dados processados dos cadernos do ENDEF, e de dados extraídos dos cadernos de conjuntos de famílias com baixa porcentagem de ingestão calórica (item 3 acima), não processáveis em computador. Para isso utilizamos a "categoria prática" dos relatórios "Alimentos de base"; tabelas de consumo alimentar por nível de despesa dos dados processados; e os dados sobre cardápios, não processáveis em computador, de 80 famílias em risco nutricional, extraídos dos cadernos. Os dados referem-se todos à Região III, a única sobre a qual possuíamos dados de despesa já processados em dezembro de 1977, quando fizemos esse estudo. A experiência está parcialmente registrada no Capítulo V, "Topico Alimentação. Identificação de uma categoria 'concreta': o alimento de base", da Parte I do "Estudo dos dados não estruturados do ENDEF e de sua integração com os dados quantificados".

O Tema de Estudo que as Próprias Informações Sugeriram

Todo o trabalho feito pelo grupo nesse período esteve orientado para atender a "necessidades reconhecidas" que citamos no item anterior. A análise de conteúdo dava informações sobre aspectos não levantados antes: condições e hábitos de alimentação, condições de saúde e higiene, de habitação e transporte, relações familiares e comunitárias e atividades econômicas. Juntamente com o estudo dos cadernos selecionados do Paraná e das famílias em risco nutricional, atendia ao interesse emergente da Administração do Governo, em estudar as condições de vida da população de nível de vida mais baixo; e atendia parcialmente à necessidade de obter informações sobre áreas mais restritas que as dos estratos da amostra, apontando possíveis áreas críticas para o planejamento. E, ainda, o próprio caráter da informação, inclusive aspec

tos "subjetivos" da "realidade sócio-econômica" que captavam, permitiria complementar as informações a serem obtidas pelo processamento dos dados dos questionários e sugerir linhas de exploração desses dados. Note-se que a análise de conteúdo obteve informações cerca de ano e meio antes dos primeiros resultados do processamento de dados.

Esse estudo, seguindo uma linha de pesquisa que procura ser bastante rigorosa, sugeriu, de modo natural e evidente, ser indispensável considerar prioritariamente as condições de pobreza levantadas pela análise de conteúdo dos relatórios, condições já identificadas na fase de campo.

> "O contato com as equipes, com as famílias e áreas pesquisadas, bem como a leitura dos dados quantitativos e não-quantitativos dos questionários, mostrou de modo gritante, desde as primeiras semanas, que havia um aspeto fundamental a ser comunicado aos futuros utilizadores das informações da pesquisa: a identificação concreta, palpável, de uma situação muito generalizada de pobreza, através de um quadro de informações muito amplo"... "As equipes e os pesquisadores acentuavam em seus relatórios, unanimemente, em meio a toda grande quantidade de dados que colhiam, a situação de pobreza"...
>
> "Note-se que esta situação de pobreza, ao que tudo indica, é situação muito antiga, secular, talvez agravada por razões demográficas ou da conjuntura econômica - a análise dos dados do ENDEF deverá considerar esses fatores. Mas, pela primeira vez, estava sendo registrada de modo metódico e amplo. O estudo das situações de pobreza como vistas pelas equipes em seus relatórios, isto é, da sugestão implícita para dar atenção a este aspecto na análise da pesquisa, é necessário por uma questão de coerência e de integridade. Não seria aceitável que fosse deixada à margem". ...
>
> "Encaminhamos assim necessariamente o nosso trabalho, em decorrência da natureza da informação que foi registrada nos relatorios, como um estudo de situaçoes de pobreza". (Item "A linha de estudos que as informações acentuaram", Capítulo IV, páginas 96 e 97, da Parte I do "Estudo das informações não estruturadas do ENDEF").

A própria orientação metodológica - em termos de "método" entendido como orientação mais ampla - inspirada na metodologia de Max Weber, leva à acentuação do significado dessa linha de estudos. Essa orientação está exposta no documento citado, itens "O tipo ideal de Max Weber", do Capítulo V, e "O significado dos relatórios dos pesquisadores como 'documentos pessoais'", do Capítulo VI.

Note-se que até meados de 1977 este trabalho era parte da Condução do ENDEF como um todo, e tanto o Coordenador como alguns membros do gru

po não podiam dedicar a ele tempo integral.

Criação Formal de um Grupo de Trabalho na Assessoria da Presidência, em Maio de 1977, Desvinculando-o do ENDEF

Em 10 de janeiro de 1977 propus ao Diretor-Geral, pelo memorando nº 4 do Coordenador do ENDEF, que se fizesse a transferência do grupo maior do ENDEF para a estrutura dos órgãos executivos do IBGE, tendo chegado o momento, depois de quatro anos, de desvinculá-lo da Assessoria da Presidência. Isso foi determinado em 23 de maio, pelo memorando nº 103 do Diretor-Geral e a transferência feita em princípios de junho.

O grupo menor ("Grupo ENDEF da Presidência") ficou então, conforme determinou o mesmo memorando, vinculado à Assessoria da Presidência, já agora com finalidade definida e formalmente independente do grupo ENDEF transferido.

Formalizada a posição do Grupo, solicitei, de acordo com minha intenção de desenvolver o trabalho a ser feito por ele, além de várias outras razões, que fosse transferida a Coordenação do ENDEF para outro técnico (temporariamente para o Superintendente da SUEGE), o que foi feito em julho. Foi possível então dedicar tempo integral àquele trabalho.

O Grupo está constituído por pessoal selecionado com cuidado, uma parte entre os melhores elementos de campo do ENDEF, e de modo a constituir uma equipe multidisciplinar. Inclui sociólogos, especialista em educação, nutricionistas, antropóloga, economista e especialista em comunicação visual. Há no momento cinco elementos com cursos de pós-graduação. A tendência para pesquisa de campo tem sido um requisito respondido com pleno êxito pelos elementos do grupo. A maioria está altamente treinada nos trabalhos de campo e na condução de entrevistas, e conhece bem o estudo que se desenvolve.

Este Grupo pode constituir o núcleo em torno do qual outras equipes de campo podem formar-se; o pessoal está apto também a treinar outros elementos e orientá-los no trabalho, em muitos de seus aspectos.

Ana Paige Nunes
Fevereiro, 1980

A N E X O

Os três mapas incluídos neste Anexo foram extraídos do mapeamento geral dos municípios pesquisados pelo ENDEF, feito pelo grupo. Mostram três situações distintas:

- o mapa do sul da Bahia mostra um conjunto de domicílios selecionados na primeira etapa de seleção, referida atrás, usando apenas a informação do ENDEF sobre porcentagem de ingestão calórica. Todos os municípios tem mais de 15% de famílias em risco nutricional, cinco acima de 30% e 4 entre 20 e 30%. A área é muito extensa, o deslocamento difícil e os domicílios na área rural muito esparsos. As condições de vida das famílias são em geral relativamente homogêneas. Há poucos dados anteriores sobre aspectos de condições de vida.

- o mapa da área metropolitana de São Paulo, e municípios vizinhos mostra um aglomerado de municípios muito próximo. Predominam os municípios onde a porcentagem de famílias em risco nutricional está entre 15 e 20%. Em trinta e quatro municípios, oito tem porcentagens inferiores a 7%. A área total é grande. A área metropolitana é menos extensa; os municípios são contíguos e o deslocamento bem mais fácil. Há grande heterogeneidade de níveis de vida no conjunto. Uma primeira etapa de seleção poderia utilizar também dados abundantes de várias outras fontes.

- o mapa de municípios do Ceará mostra aqueles selecionados em primeira etapa (a representação visual dos municípios selecionados não distingue aquí porcentagens diferentes). O mapa foi preparado para um reconhecimento prévio da área (seria completado durante o reconhecimento). A área metropolitana de Fortaleza (municípios de Fortaleza, Cancaia e Maranguape) e os municípios de Cascavel, Aracoiaba e Aracatí representam uma alternativa para trabalho de grupo de 8 entrevistadores. Seriam selecionados setores desses municípios. Outra alternativa seria considerar setores da área metropolitana e dos municípios de Cascavel, Aracoiaba, Guaramiranga, Mulungú e Quixadá. Há

3 municípios com porcentagens de famílias em risco nutricional acima de 40%, das mais altas encontradas no ENDEF. O reconhecimento deveria dar elementos para uma definição final do percurso e entrevistas a fazer. Há alguns dados de outras fontes a utilizar na seleção, em particular sobre a área metropolitana.

Note-se que o nível de adequação calórica utilizado para avaliação do risco nutricional é muito baixo. E ainda que a porcentagem de 7% foi sugerida pelos especialistas da FAO como limite aproximado, acima do qual se poderia entender que deve haver problemas nutricionais de gravidade crescente.

REFERÊNCIAS

(documentos preparados pelo grupo e distribuídos)

1 - "Estudo das informações não estruturadas do ENDEF e de sua integração com os dados quantificados"

Publicados quatro volumes:

a) Parte I - Descrição das finalidades do estudo, do método de análise de conteúdo empregado e de sua execução.

Justificativa teórica da orientação adotada.

b) Parte I - Anexos (Confidencial)

Anexo A - Extratos de "Relato de viagem" a estados nordestinos

Anexo B - Extratos dos registros dos vários tópicos da análise de conteúdo

Anexo C - Exemplos de "observações sobre a unidade pesquisada", registradas nos questionários da pesquisa.

c) Parte II - Volume 1 (Confidencial) - Apresentação de registro de informações sobre os tópicos "Alimentação" e "Saúde e Higiene", ordenadas em "categorias concretas".

d) Parte II - Volume 2 (Confidencial) - Apresentação de registro de informações sobre os tópicos "Educação e Nível Cultural" e "Atividade Econômicas", ordenadas em "categorias concretas".

2 - "Configuração de situações de pobreza: Pesquisa em doze municípios dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia"

Publicados cinco volumes (distribuição interna), mais um volume em preparo:

a) 1a. Parte. - Descrição geral de pesquisa feita no Estado do Rio de Janeiro e de reconhecimento e pesquisa feitos no Sul da Bahia.

Anexos: A) - Relatório sobre pesquisa de campo em Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

B) - Relatório de viagem a cinco Municípios do Sul da Bahia: Reconhecimento de áreas de pesquisa.

b) 2a. Parte - Volume 1. - Ordenação dos dados e informações: conjuntos de famílias dos Municípios do Grande Rio, Campos, Itaperuna, São João da Barra e Teresópolis - "Composição da família" e "Alimentação".

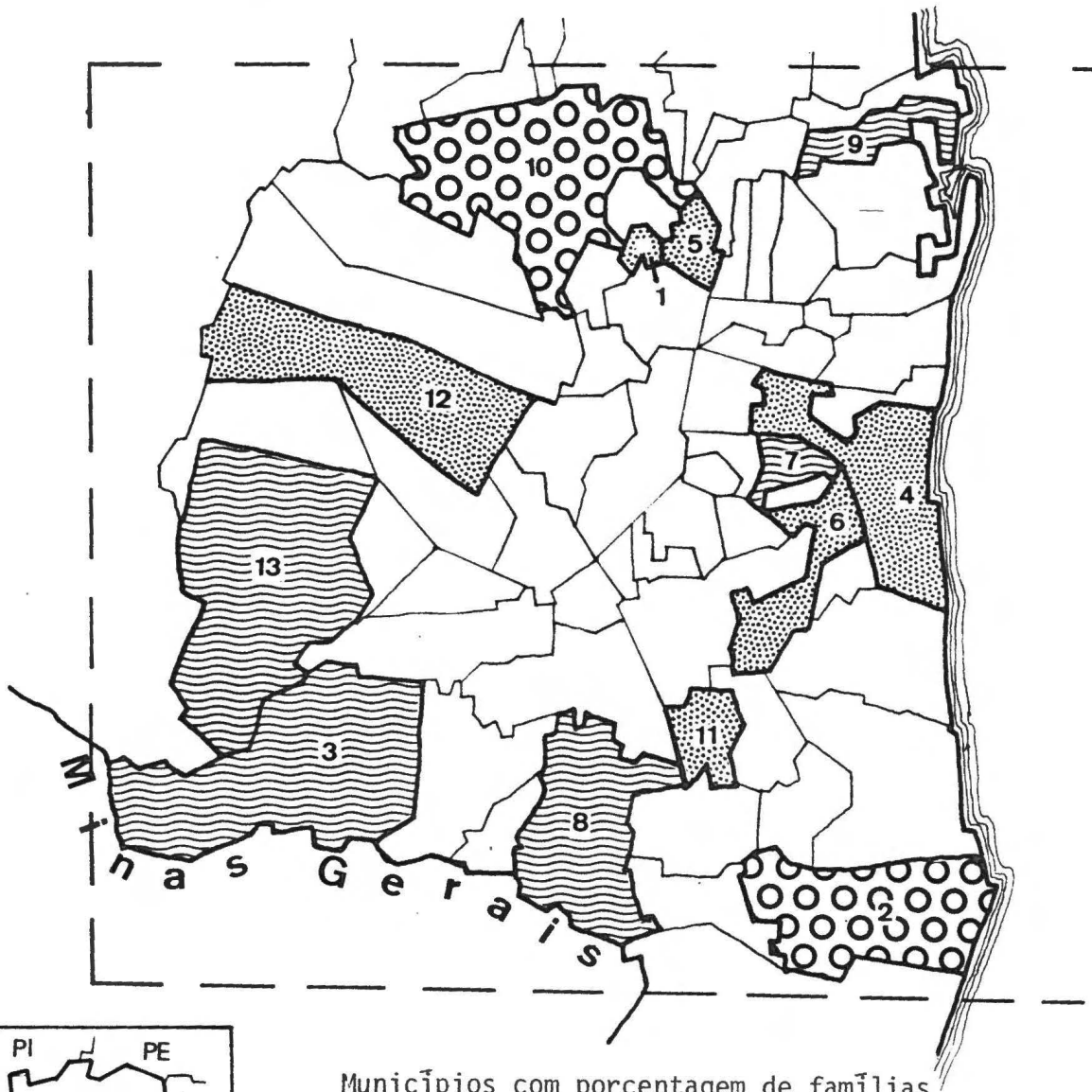
c) 2a. Parte - Volume 2. - Ordenação dos dados e informações: dois conjuntos de famílias dos Municípios de Itaperuna e Campos - "Educação", "Habitação", "Despesas", "Ocupação", "Rendimento" e "Saúde".

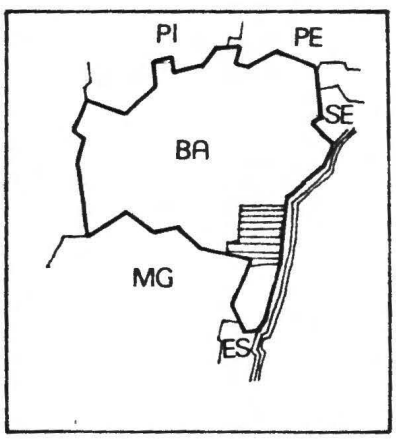
d) 3a. Parte - Volume 1. - Pesquisa em Ilhéus e Itajuípe: aspetos operacionais; ordenação de dados e informações sobre os temas "Aspetos demográficos", "Trabalho e ocupação" e "Rendimentos".

e) 3a. Parte - Volume 2. - Pesquisa em Ilhéus e Itajuípe: ordenação dos dados e informações sobre o tema "Alimentação".

f) Em preparo a 3a. Parte - volume 3, sobre os temas "Educação", "Saúde" e "Habitação".

BAHIA





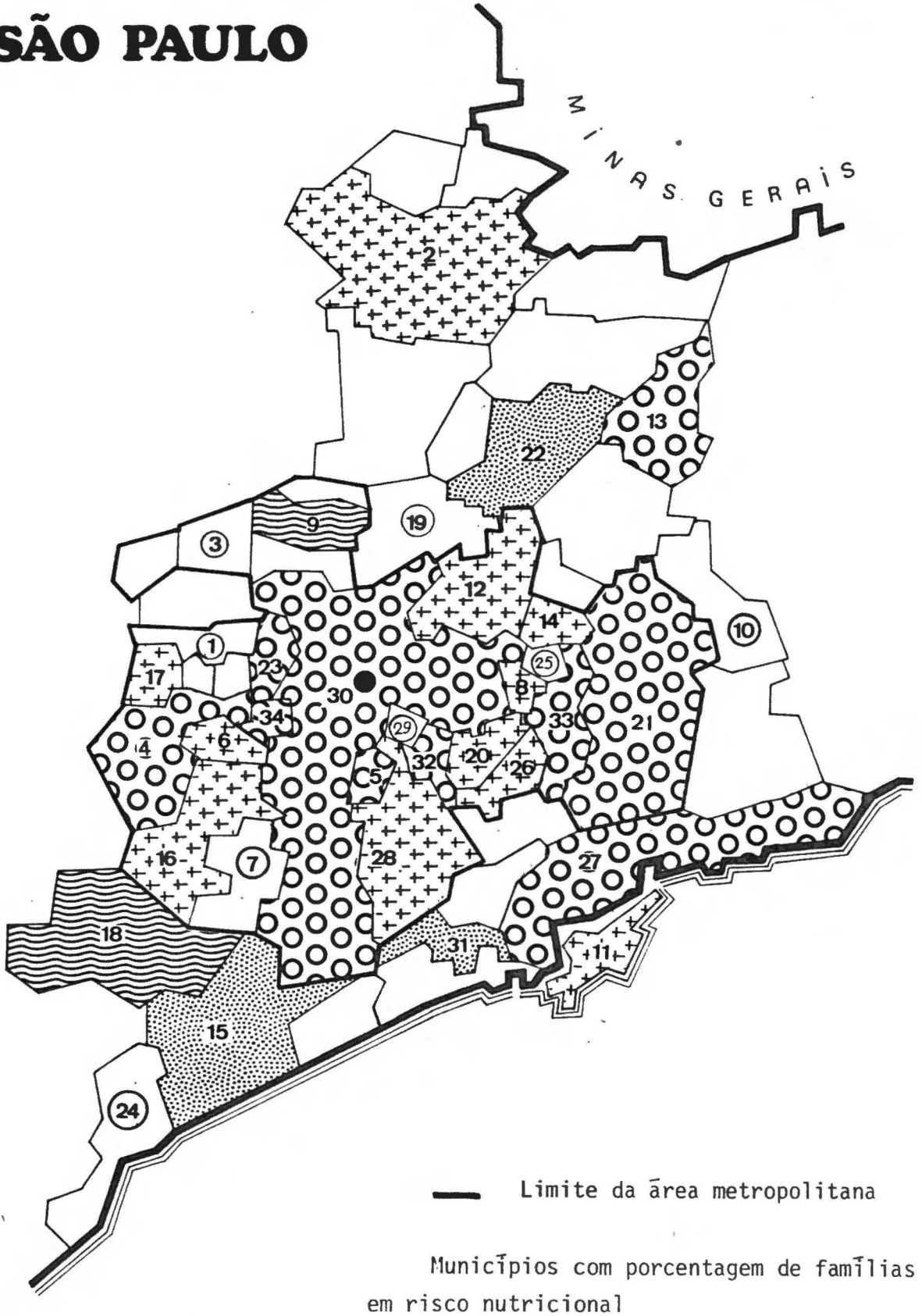
0 10 20 30 40 Km

ESCALA

Municípios com porcentagem de famílias em risco nutricional

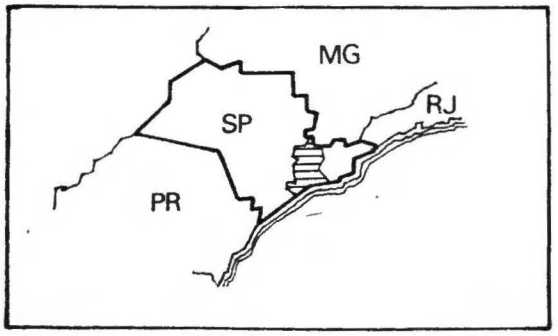
- entre 15 e 20%
- entre 20 e 30%
- acima de 30%

SÃO PAULO



Limite da área metropolitana

Municípios com porcentagem de famílias em risco nutricional



0 10 20 30 40 Km

ESCALA

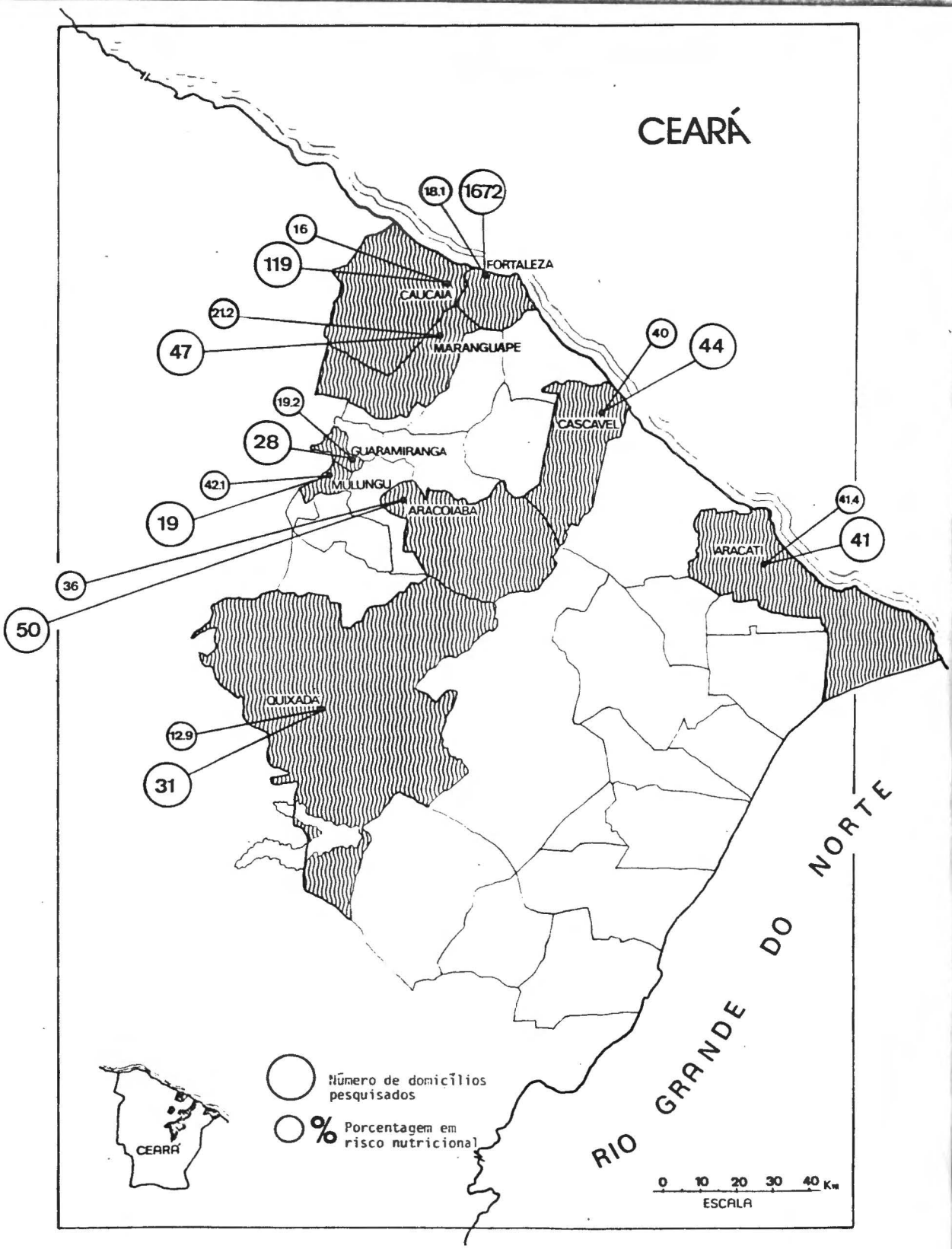
④ abaixo de 7%

entre 7 e 15%

entre 15 e 20%

entre 20 e 30%

acima de 30%


CEARÁ
18.1
1672
16
119
FORTALEZA
CAUCAIA
21.2
47
MARANGUAPE
40
44
19.2
28
CASCAVEL
GUARAMIRANGA
42.1
MULUNGU
19
ARACOIABA
41.4
41
ARACATI
36
50
QUIXADA
12.9
31
Número de domicílios pesquisados
% Porcentagem em risco nutricional
CEARÁ
RIO GRANDE DO NORTE
0 10 20 30 40 Km
ESCALA